

PREGÃO ELETRÔNICO E FORMAÇÃO TÉCNICA DE PREGOEIRO

A NOVA SISTEMÁTICA
INTRODUZIDA PELO
DECRETO 10.024/2019, COM
PRÁTICA EXCLUSIVA DO
COMPRASGOVERNAMENTAIS
– 100% ATUALIZADO

04, 05 e 06

DEZEMBRO • 2019 • Curitiba - PR

JML CAST

JML • QUADRO
COMPARATIVO

JML • ARTIGO/BLOG



Missão

Qualificar profissionais e oferecer produtos, serviços e conteúdo jurídico com agilidade, segurança e competência, para atender as demandas requeridas na tomada de decisão do gestor público.



Valores

Ética, geração de resultados, foco no cliente e responsabilidade social.



Visão

Ser uma referência nacional de qualidade na orientação e qualificação técnico-jurídica.





JML, marca de
**Excelência,
Tradição
& Rigor
Científico**



Plataformas Online de
Estudo, Conhecimento e
Pesquisa em Contratação e
Governança Pública;

**Cursos Presenciais,
Semipresenciais** e
a Distância;

Assinaturas;

Soluções em **Plataformas
Inteligentes;**

**Projetos Especiais sob
medida** para órgãos
públicos, Sistema "S" e
Estatais!

www.jmleventos.com.br

Assista ao nosso
VIDEO INSTITUCIONAL

Confira o
HISTÓRICO JML

PREGÃO ELETRÔNICO E FORMAÇÃO TÉCNICA DE PREGOEIRO

**A NOVA SISTEMÁTICA INTRODUZIDA PELO DECRETO
10.024/2019, COM PRÁTICA EXCLUSIVA DO
COMPRASGOVERNAMENTAIS – 100% ATUALIZADO**

DATAS:

04, 05 e 06

DEZEMBRO • 2019

LOCAL:

Curitiba - PR

Administração Pública e Estatais.

Elaborado de acordo com o Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019

- × Novos conceitos e a adoção para serviços comuns de engenharia;
- × Alterações na etapa de planejamento e elaboração de estudo técnico;
- × Modificações no processamento do pregão;
- × Peculiaridades na fase de habilitação;
- × Etapa de lances e modos de disputa;
- × Valor estimado, máximo e sigilo;
- × Dispensa eletrônica;
- × Negociação Aplicada às Licitações na Modalidade Pregão Eletrônico;
- × Repercussões nas empresas estatais;
- × Responsabilização por erro grosseiro: LINDB;
- × Certificação de Formação, Atualização e Capacitação de Pregoeiro.

Apresentação

Há tempos aguardado pela doutrina e profissionais que atuam no dia a dia das licitações, enfim, em 23 de setembro de 2019, foi publicado o Decreto nº. 10.024, que regulamenta o pregão eletrônico e o uso da dispensa eletrônica no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O normativo aplica-se, também, aos entes federativos que contratem bens e serviços comuns com recursos da União repassados por transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, sendo obrigatório o pregão eletrônico, salvo se a Lei ou regulamentação específica que dispuser sobre aludida transferência definir de forma diversa (art. 1º, § 3º).

Pode incidir, ainda, no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme definido no Regulamento de Licitações e Contratos, editado com supedâneo no art. 40, da Lei 13.303/16, naquilo em que não conflitar com a referida Lei (art. 1º, § 2º).

Compulsando-se a norma, é possível concluir que as alterações foram substanciais, principalmente no que diz respeito ao processamento da fase de lances, que pode ser realizada nos modos de disputa aberto ou aberto e fechado. Ainda, o novel decreto alterou o processamento da etapa de habilitação, com como trouxe significativos reflexos no planejamento da contratação.

Este treinamento tem por finalidade levar aos servidores públicos que lidam diretamente com a aplicação da legislação referente às licitações e contratos administrativos, a necessária atualização a partir da reformulação introduzida à sistemática da modalidade licitatório do Pregão Eletrônico, instituído pelo recentíssimo Decreto Federal nº. 10.0204, de 20 de setembro de 2019. Visa proporcionar a indispensável formação de que necessitará o servidor encarregado de conduzir tal procedimento na conformidade da lei, assim como sua equipe de apoio.

O ponto nodal deste curso, é o enfoque técnico-prático, ou seja, nada obstante os ensinamentos doutrinários essenciais para o entendimento de uma matéria de tamanha sutileza, com a apresentação em linguagem simples e objetiva, o mesmo é realizado segundo metodologia que privilegia a aplicação prática por parte dos alunos através de painéis de debates, verificação de casos práticos, possibilitando aos participantes o conhecimento de todas as minúcias que poderão ser encontradas nas sessões de julgamento, inclusive, com abordagem sob a ótica comportamental em relação aos agentes responsáveis pelo julgamento, notadamente, quanto ao aspecto da negociação estratégica.

Objetivos

- × Alcançar maior eficiência nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços, buscando a adequação à nova legislação.
- × Atualização e capacitação de pregoeiros, membros de equipe de apoio, assessores jurídicos e demais profissionais que atuem na área acerca do novo regime jurídico aplicável ao pregão.



Público alvo

- × Secretários, Diretores, Superintendentes.
- × Pregoeiros e membros da equipe de apoio;
- × Assessores jurídicos, engenheiros, arquitetos, analistas de sistemas, profissionais do setor de compras, controle interno, etc.
- × Demais servidores envolvidos direta ou indiretamente no processo licitatório.



Palestrantes



LUIZ CLÁUDIO DE AZEVEDO CHAVES

Graduado em Administração e Direito, Especialista em Direito Administrativo, o Prof. Luiz Claudio Chaves, alia elevado conhecimento técnico à sólida experiência profissional, tanto no exercício de funções públicas como na esfera privada. É servidor efetivo do Tribunal de Justiça/RJ, com mais de 22 anos de carreira, onde, dentre as diversas atividades, exerceu as funções de Diretor do Departamento Administrativo, Pregoeiro presencial e eletrônico, Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Fiscal de contratos de serviços terceirizados. Coordenou a equipe de revisão dos modelos padrão de Projeto Básico e termos de Referência. Na atividade docente, é Professor Convidado da Fundação Getúlio Vargas e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RIO, além de diversas instituições de ensino e Escolas de Governo do País, dentre as quais destacam-se: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Escola de Administração Judiciária - ESAJ/TJRJ, Escola Nacional de Serviços Urbanos - ENSUR/IBAM. É articulista nos seguintes periódicos: Revista do Tribunal de Contas da União, ed. TCU; Revista RJML de Licitações e Contratos, ed. JML; Revista Infraestrutura Urbana, ed. PINI; Revista dos Municípios, ed. IBAM; e, Revista do Administrador Público, ed. Governet. Autor das seguintes obras: Licitações e Contratos da Administração Pública-Legislação Básica Reunida, Expressão Gráfica, 2009; Curso Prático de Licitações, os segredos da Lei 8.666/93, Lumen Juris, 2011; e, Diálogos de Gestão - Novos ângulos, Várias Perspectivas, Ed. JML, 2013.



SAULO DAVID

Agente Público Federal. Gestor Público. Especialista em Licitações e Contratos/MBA. Pós graduado em Gestão Pública. Trabalha com Licitações há 10 anos, atuando como Membro de Comissão Permanente de Licitações, Presidente de Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro Oficial, Membro de Comissão Especial de Licitação e Gestor de Contratos Administrativos, desenvolvendo atividades como: Elaboração dos editais; Termo de Referência, análise de documentos para habilitação em Certames; análise e resposta de toda a parte recursal desde simples questionamento do edital à impugnação do mesmo. Consultor em Licitações para empresas privadas. Instrutor em cursos de Licitações e Contratos, pela Equipe Gestão Pública, Instituto Brasileiro de Licitações, Treinecap Treinamentos, SGP Soluções em Gestão Pública e Consulicitação. Atualmente exerce as funções de chefe da sessão/unidade de contratos do Hospital Federal da Universidade Federal do Vale do São Francisco, atua como Presidente do Comitê Regimental de Contratos e como Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



Conteúdo Programático

1º e 2º dias

16 horas

PARTE TEÓRICA, CONFORME NOVO DECRETO

**LUIZ CLÁUDIO DE
AZEVEDO CHAVES**

Introdução

Fundamentos da Licitação Pública

- Conceito de licitação, dever geral de licitar e suas exceções: dispensa e inexigibilidade
- Princípios específicos à luz do novo Decreto
 - Desenvolvimento sustentável
 - Ampliação da competitividade
- Aplicabilidade do Decreto;
- Novas Definições
 - Bens e Serviços comuns
 - Bens e Serviços especiais
 - Serviços comuns de engenharia
 - Estudos técnicos preliminares
 - Lances intermediários
 - Sistema de dispensa eletrônica
- Elementos do Termo de Referência
- Vedações ao uso da modalidade pregão eletrônico
- Vigência das novas regras
 - Processos já em andamento
- Processos no início da tramitação
- Pregão Eletrônico– Procedimentos e Inovações
- Peculiaridades no âmbito das empresas estatais.

Etapas do Processo

- Ciclo da contratação, segundo a nova sistemática
- Critérios de menor preço e de maior desconto
- Componentes do processo:
 - estudo técnico preliminar: quando ele é necessário?
 - planilha estimativa de despesa: arquivamento dos documentos que embasam a pesquisa de preços
 - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
 - autorização de abertura da licitação: autoridade competente
 - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
 - parecer jurídico: natureza do parecer frente ao art. 38, par. único da L. 8.666/1993
- Componentes do processo após a realização do certame:
 - documentação exigida e apresentada para a habilitação: principais alterações;
 - proposta de preços do licitante: há necessidade de apresentação após a etapa competitiva?
 - Ata da sessão pública: que deve conter e como complementar a ata automática do sistema? Publicidade da Ata da sessão.
- Credenciamento junto ao Sicaf do licitante

Planejamento da contratação – orientações gerais

- Componentes da etapa do planejamento
 - Estudo técnico preliminar
 - Possibilidade de fixação de intervalo ou percentual mínimo entre os lances
 - Possibilidade de lances intermediários
- Do valor máximo aceitável
 - Critério de aceitabilidade de preço máximo sigiloso: fundamento normativo
- Da designação do Pregoeiro e equipe de apoio
 - Requisitos e perfil
 - O plano de capacitação continuada
 - Competências e responsabilidades do pregoeiro
 - Competências da equipe de apoio: extensão das suas responsabilidades
 - Responsabilização por erro grosseiro.
- Da competência e deveres do licitante

Fase Externa

- Divulgação do certame;
 - contagem dos prazos
 - alteração por ato da Administração
 - necessidade de republicação e devolução integral do prazo de publicidade
- Impugnação ao edital;
 - legitimidade
 - prazos e forma de contagem
 - instrução e julgamento
 - técnica de redação de relatórios e atos decisórios
- Pedidos de Esclarecimentos;
 - legitimidade: quem pode formular pedidos de esclarecimento
 - autoridade competente para ofertar a resposta e prazo
 - publicidade
 - vinculação da resposta

Realizando o Certame

- O agendamento do horário e cuidados a serem tomados
- Possibilidade de troca de mensagens entre o Pregoeiro e o licitante
- Exame de aceitabilidade (conformidade) das propostas e desclassificação antes da etapa competitiva
- Procedimentos para envio e recebimento dos lances
- Modos de disputa:
 - Aberto
 - Aberto e fechado (misto)
- Desconexão durante a etapa competitiva
- Divulgação do certame;
 - contagem dos prazos

Negociação da proposta

- Objeto da proposta: o que pode ser negociado?
- Prazo para envio da contraproposta
- Realização de outras diligências

Exame da habilitação

- Consulta ao Sicaf e a sítios eletrônicos
 - Documentação e sua análise

Fase Recursal

- abertura de prazo no sistema
- requisitos de admissibilidade
- instrução e julgamento
- efeitos do provimento ao recurso

Correção de falhas na proposta e na habilitação

- limites ao saneamento: o que pode e o que não pode ser corrigido

Das Sanções específicas do Pregão

- condutas que podem levar à sanção administrativa
- extensão da sanção de suspensão temporária
- limites ao saneamento: o que pode e o que não pode ser corrigido

Sistema de Dispensa Eletrônica

Aplicação

- a dispensa em razão do valor
- possibilidade de aplicação da dispensa eletrônica nas demais hipóteses de dispensa previstas nos incisos III e seguintes do art. 24 da L. 8.666/1993
- obrigatoriedade da utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica

Negociação Estratégica

Fundamentos Básicos da Negociação

- O que é Negociação
- Princípios básicos da negociação
- Resultados das negociações
- Desenvolvendo o processo de negociação
- Aspectos que prejudicam uma boa negociação
- Aferição dos resultados
- Ética nas negociações

Negociação Aplicada às Licitações na Modalidade Pregão Eletrônico

- Preparando o ambiente do pregão para uma boa negociação
- Técnicas de reuniões produtivas
- O que pode ser negociado no pregão
- O Pregoeiro é obrigado a tentar negociar todos os itens do torneio?
- Quais os itens que merecem mais atenção do Pregoeiro
- Qual o momento mais adequado para abrir a negociação de um item?
- O Pregoeiro pode cancelar um item em virtude de negociação frustrada?
- Como lavrar na Ata de Julgamento as tratativas de negociação
- Como “driblar” a impessoalidade na hora de negociar no pregão eletrônico

3º dia

8 horas

**SISTEMA COMPRAS
GOVERNAMENTAIS/
COMPRASNET
ATUALIZADO:
DECRETO
10.024/2019 - NOVO
REGULAMENTO DO
PREGÃO
ELETRÔNICO
SAULO DAVID**

Visão Fornecedor

- Consulta a pregões agendados, em andamento e realizados
- Consulta às atas dos pregões
- Aviso de licitação
- Captação/Coleta de editais
- Envio, consulta, alteração e exclusão de propostas
- Visualização de impugnações, esclarecimentos e avisos
- Etapa de lances
- Procedimentos e negociações no pregão eletrônico
- Acompanhamento de aceitação, habilitação e admissibilidade
- Registro da intenção de recurso
- Encerramento da sessão pública e consulta à Ata
- Recursos e contrarrazões – Acompanhamento
- Adjudicação
- Homologação
- Cotação eletrônica.

Visão Governo

- Acesso ao sistema
- Credenciamento ao sistema
- Inclusão e Consulta a Intenção de Registro de Preço-IRP
- catmat e catser
- Inclusão do aviso de licitação e agendamento do pregão eletrônico
- Transferência do edital
- Cadastrar equipe de apoio
- Alterar membros da equipe de apoio
- Vincular equipe do pregão
- Incluir impugnações/Esclarecimentos e Avisos
- Sessão Pública do pregão eletrônico: Análise de proposta/Fases de Lances/Visualizando propostas/Declarações/Consultar Declaração ME/EPP/Cooperativa por pregão/Suspensão do pregão/Reabrir pregão/Aceitar propostas/Chat/ Habilitar fornecedor/Juízo de admissibilidade/Encerramento da sessão pública
- Adjudicação
- Homologação
- Cadastro Reserva
- HAVERÁ SIMULAÇÃO DE UM PREGÃO ELETRÔNICO EM TODAS AS ETAPAS NOS TRÊS AMBIENTES (FORNECEDOR, PREGOEIRO E AUTORIDADE COMPETENTE)
- SICAF 100% Digital (Visão Fornecedor e Visão Governo atualizado pela IN 03/2018).



Carga horária

24 Horas.



Data

04, 05 e 06 de dezembro de 2019



Horários

- × Credenciamento e entrega do material: 8h às 8h30min;
- × Palestra: das 8h30min às 12h30min e das 14h às 18h;
- × Coffee-break: às 10h e às 16h;
- × Almoço: às 12h30min.



Local do evento

HOTEL VICTORIA VILLA

Av. Sete de Setembro, 2448 - Centro, Curitiba, PR

Fone: (41) 3072-7878

reservas@victoriavilla.com.br | www.nacionalinn.com.br

APARTAMENTO SUPERIOR	TARIFAS
Individual	R\$ 180,00 + 10% de taxa.
Duplo	R\$ 220,00 + 10% de taxa.
Triplo	R\$ 270,00 + 10% de taxa.

CONDIÇÕES:

- Incluso café da manhã;
- Informe no ato da reserva que está inscrito neste evento;
- Tarifa especial concedida para participantes do evento, para reservas realizadas através do e-mail: reservas@victoriavilla.com.br ou telefone: (41) 3072-7878

ESTACIONAMENTO: No local, mediante disponibilidade. Pagamento direto na recepção do hotel.

- × Período do Evento R\$ 25,00 (taxa inclusa)
- × Diária (24 horas) R\$ 28,00 (taxa inclusa)



Opção de hospedagem

Entrar em contato com a Central de Relacionamento **JML: 41. 3595.9999**



Investimento

PLANO INDIVIDUAL

R\$ 3.980,00

(três mil, novecentos e oitenta reais), valor para não assinante.

**10% de desconto para assinantes.
e inscrições até dia 04/11/2019.**

A cada 4 (quatro) inscrições do mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a JML concederá cortesia para uma 5ª (quinta) inscrição.

- ✓ **Inclusos:** material de apoio (canetas, blocos e pasta), apostila específica do curso (Editora JML), Legislação JML de Licitações e Contratos Administrativos (Editora JML), Certificação de Capacitação e Aperfeiçoamento profissional, 06 (seis) coffee-breaks e 03 (três) almoços.

Participe & Receba

Apostila + Legislação JML de Licitações e Contratos Administrativos



Participe deste curso e receba **20 dias de acesso gratuito** ao portal de inteligência online em compras!

www.contratacoes.com



Orientações para a inscrição e pagamento

A inscrição deverá ser efetuada pelo telefone (41) 3595-9999, ou no portal da JML (www.jmleventos.com.br); e o respectivo pagamento em nome de Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda., CNPJ nº 07.777.721/0001-51 – Banco:

Caixa Econômica Federal: Agência: 0997 - Op: 003 - C/C 161 – 5

Certidões Negativas na página principal do portal da JML



Central de Relacionamento JML:

41 3595.9999